

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE**

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-932-5

DOI 10.22533/at.ed.325212503

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, inúmeros ataques a Educação brasileira; investidas que têm ocasionado retrocessos. O contexto pandêmico alimentou essa crise que já existia, escancarando o quanto a Educação no Brasil acaba sendo uma reprodutora de desigualdades. As interferências externas e investidas do mercado tentam, a todo custo, subordinar a Educação e atividade docente a uma lógica neoliberal de produção (TARDIF; LESSARD, 2005). Nesse sentido, precisamos nos mobilizar e a **indignação e esperança** configuram-se como duas categorias importantes nesse processo.

Diante desse cenário, como dissemos, de muitos retrocessos, negacionismo e investidas neoliberais, não podemos nos furtar do debate político e social, tão importante nesse momento que vivemos destrato a Educação, sucateamento do trabalho docente e exclusão de estudantes, por exemplo. Como nos alertou Freire (2004, p. 28), para além de ensinar com rigorosidade metódica a sua disciplina, “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Precisamos considerar esses elementos sociais e políticos necessários no movimento de formar cidadãos indignados e esperançosos que desconstruam os discursos fatalistas.

É nessa direção que o volume de “**O Campo Teórico-metodológico-epistemológico da Educação no Fomento da Questão Política da Atualidade**”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e do (re)pensar o campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente. Este livro reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados e regiões e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, democracia, humanização, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, avaliação entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse volume são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos uma produtiva, indignante e esperançosa leitura!

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DECOLONIZACIÓN DEL PENSAMIENTO. ALTERNATIVAS PARA LA CONSTITUCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD	
Jorge Hernán Betancourt-Cadavid	
Luis Fernando Garcés Giraldo	
Juan Esteban Alzate Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.3252125031	
CAPÍTULO 2	14
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E DIREITO À EDUCAÇÃO EM TESES DE DOUTORADO	
Laélia Portela Moreira	
Elizabeth da Silva Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.3252125032	
CAPÍTULO 3	21
EDUCAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA: ENTRAVES E PERSPECTIVAS	
Rodolfo Augusto Rodrigues	
Rosineide de Andrade Rocha	
Jane Aparecida Meneguelli Nery	
Fernanda Campos do Prado	
DOI 10.22533/at.ed.3252125033	
CAPÍTULO 4	35
A UTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS EM SALA DE AULA PARA A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E O PROTAGONISMO DO EDUCANDO	
Joseane de Brito Bezerra Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.3252125034	
CAPÍTULO 5	44
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA ESCOLA E FORMAÇÃO DOCENTE – A INFLUENCIA DO PENTECOSTALISMO NO PRECONCEITO RACIAL E RELIGIOSO ESCOLAR	
Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3252125035	
CAPÍTULO 6	57
ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR	
Adelson Pereira de Sousa	
Maria Selma Cavalcante de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3252125036	
CAPÍTULO 7	76
DOS LIVROS AS LEIS: O RACISMO E SUAS MÚLTIPLAS FACES NA EDUCAÇÃO	
Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma	

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Rosana Andrade de Jesus
DOI 10.22533/at.ed.3252125037

CAPÍTULO 8..... 87

A VISÃO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias
Poliana Campos Côrtes Luna
Liliane Barreto Alves
Moniki Aguiar Mozzer Denucci
Daniele Fernandes Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.3252125038

CAPÍTULO 9..... 99

AS VIVÊNCIAS DE UMA CRIANÇA COM DISLEXIA NOS ANOS 70

Clariane do Nascimento de Freitas
Ana Carolina Michelin Silveira
Fabiane Adela Tonetto Costas

DOI 10.22533/at.ed.3252125039

CAPÍTULO 10..... 105

A SELEÇÃO, A AVALIAÇÃO E A RETOMADA DOS CONTEÚDOS NA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES DA PRÁXIS DOCENTE PARA O TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO – PREPARATÓRIO PARA O ENEM

Lidiane Cossetin Alves
Saliza Menegat

DOI 10.22533/at.ed.32521250310

CAPÍTULO 11..... 118

A MUSICALIZAÇÃO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Bruna Bittencourt Carvalho
Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.32521250311

CAPÍTULO 12..... 131

AFETIVIDADE COMO MEDIADORA DA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E AS RESSONÂNCIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA WALLONIANA

Ricardo Francelino
Alonso Bezerra de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.32521250312

CAPÍTULO 13..... 144

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Francinne Gonzalez Andrioni

Marina Lemos Villardi

DOI 10.22533/at.ed.32521250313

CAPÍTULO 14..... 151

ENSINO DE QUÍMICA PARA SURDOS: ELABORAÇÃO DE UM SINALÁRIO COM TERMOS EM LIBRAS

Alice Menezes Pessoa

Karolyn Rabech Silva Simão

Lorena Melo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.32521250314

CAPÍTULO 15..... 160

TRABALHOS ACADÊMICOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DE UMA CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA

Mariana Cordeiro Gadanha

Sandra Helena de Souza

Irvina Leite de Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.32521250315

CAPÍTULO 16..... 166

A PERCEPÇÃO DOS NATIVOS DIGITAIS SOBRE AS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA

Licie Stintia Fresta Lopes

Dayse Cristine Dantas Brito Neri de Souza

DOI 10.22533/at.ed.32521250316

CAPÍTULO 17..... 173

OS PONTEIROS DA INFÂNCIA NO RELÓGIO DE UMA ESCOLA DE CRIANÇAS EM URUÇUI

Vanessa Oliveira Silva

Denise Hosana de Sousa Moreira

Pedro Martinho Sobrinho Mendonça

Dariane de Sousa Moraes

DOI 10.22533/at.ed.32521250317

CAPÍTULO 18..... 183

O CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE

Letícia Ramalho Brittes

Cléber Lixinski de Lima

DOI 10.22533/at.ed.32521250318

CAPÍTULO 19..... 195

CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ENSINO MÉDIO: A BNCC E A REFORMULAÇÃO CURRICULAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS

Carlos Henrique Araújo de Oliveira

Sara Souza Pereira

Siquele Roseane de Carvalho Campêlo

DOI 10.22533/at.ed.32521250319

CAPÍTULO 20	206
EDUCAÇÃO MUSICAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE/RS: UMA PESQUISA DOCUMENTAL Cristina Rolim Wolffenbüttel DOI 10.22533/at.ed.32521250320	
CAPÍTULO 21	214
A INFLUÊNCIA DOS CONTOS DE FADAS NA CONSTRUÇÃO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA Géssica de Sousa Macedo DOI 10.22533/at.ed.32521250321	
CAPÍTULO 22	225
OFICINAS DE BIBLIODRAMA EM FAVOR DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO INTEGRAL HUMANA Linda Siokmey Tjhio Cesar Pestana DOI 10.22533/at.ed.32521250322	
CAPÍTULO 23	235
ESCOLAS MILITARIZADAS: GESTÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA Magalis Bêsser Dorneles Schneider DOI 10.22533/at.ed.32521250323	
CAPÍTULO 24	244
O POLO UAB CUIABÁ E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EAD NO ESTADO DE MATO GROSSO Elizabeth Regina Rossetto Carlos Alberto Caetano Márlon Zambotto de Lima DOI 10.22533/at.ed.32521250324	
CAPÍTULO 25	255
REVISÃO E REELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP, DA ESCOLA MUNICIPAL EMÍDIO CORREIA DE OLIVEIRA SÃO JOÃO - PERNAMBUCO Roberto da Silva DOI 10.22533/at.ed.32521250325	
SOBRE O ORGANIZADOR	266
ÍNDICE REMISSIVO	267

ESCOLAS MILITARIZADAS: GESTÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Data de aceite: 22/03/2021

Magalis Bésseer Dorneles Schneider

Universidade Federal do Tocantins- Pedagogia
Arraias-TO
<https://orcid.org/0000-0002-8536-7834>

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir sobre a militarização das escolas do Distrito Federal, destacando os desafios e mudanças com a Pandemia. Parte-se do pressuposto de que a militarização por meio da gestão compartilhada das escolas, presume a gestão democrática com o diálogo e tomada de decisão coletivas, no entanto, com a pandemia surgem novos desafios. Para o desenvolvimento do trabalho, a metodologia de pesquisa utilizada foi análise documental em fontes primárias, privilegiando a análise da portaria nº 01/SEE/SESP/2019, da Lei nº 4.751/2012 e do o Plano Distrital de Educação - PDE do DF e a entrevista de uma professora da escola militarizada do DF. Constata-se que a militarização das escolas do Distrito Federal é desafiadora para ser efetivada de acordo com os preceitos de uma gestão democrática. A gestão compartilhada é compreendida na prática como divisão, separação, autossuficiência, contrariando os princípios de gestão democrática, de participação coletiva, de diálogo e descentralização.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Militarizadas. Gestão escolar. Gestão democrática.

MILITARY SCHOOLS: MANAGEMENT AND CHALLENGES IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT: The objective of this work is to discuss on the militarization of schools in the Federal District, highlighting the challenges and changes with the Pandemic. It is assumed that militarization through shared management of schools, presumes democratic management with collective dialogue and decision-making, however, with the pandemic, new challenges arise. For the development of the work, the research methodology used was documentary analysis in primary sources, privileging the analysis of Ordinance nº 01/SEE/SESP/2019, da Lei nº 4.751/2012 e of the Plano Distrital de Educação - PDE of the DF and the interview of a teacher from the militarized school in DF. It appears that the militarization of schools in the Federal District is challenging to be carried out according to the precepts of democratic management. Shared management is understood in practice as division, separation, self-sufficiency, contrary to the principles of democratic management, collective participation, dialogue and decentralization.

KEYWORDS: Militarized Schools. School management. Democratic management.

INTRODUÇÃO

A escola sempre foi considerada a instituição com poder para deter ou legitimar a marginalização, sendo um meio para reforçar as desigualdades ou promover o crescimento, desenvolvimento dos estudantes como agentes transformadores para uma sociedade com mais

equidade.

A escola desde o surgimento passou por diversas mudanças sociais e políticas. O mundo também, apesar das mudanças, sempre esteve no debate de ações educativas que vençam a marginalidade “[...] entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade.” (SAVIANI, 1999, p. 04).

Entre os princípios que regem a educação brasileira está a gestão democrática consignado na Constituição de 1988, no VI do art. 206 e ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que define, ainda, que os sistemas de ensino deverão estabelecer suas leis de gestão democráticas. O Distrito Federal, no cumprimento do seu papel, instituiu por meio da lei nº 4.751 de 07/02 de 2012, a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público. Segundo Art. 2º a gestão democrática tem como finalidade garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, que observará princípios como:

I – Participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, II – respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

III – autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira; VI – democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento (DISTRITO FEDERAL, 2012)

A meta 19 do Plano Distrital de Educação, criado pela lei nº 5.499/2015, estabelece que até um ano após a publicação do Plano, o DF deverá adequar a ele “a Lei de Gestão Democrática e elaborar leis do sistema distrital de educação e de responsabilidade educacional, em consonância com as orientações nacionais.” (DF, 2015)

Já em 2019, no dia 31 de janeiro, os secretários de Educação, Rafael Parente e o de Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, assinaram juntos a portaria de Nº 01, dispondo “sobre a implementação do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada, que prevê a transformação de quatro unidades específicas de ensino da rede pública do Distrito Federal em Colégios da Polícia Militar do Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 2019).

Deste modo, o objetivo desse trabalho é discutir sobre a militarização das escolas do Distrito Federal, destacando os desafios e mudanças com a Pandemia. Parte-se do pressuposto de que a militarização por meio da gestão compartilhada das escolas, presume a gestão democrática com o diálogo e tomada de decisão coletivas, no entanto, com a pandemia surgem novos desafios.

Para o desenvolvimento desse trabalho, a metodologia de pesquisa utilizada foi análise documental em fontes primárias, privilegiando a análise do Decreto nº 9.665, 2019, da Portaria Conjunta Nº 01, de 31 de janeiro de 2019, da Lei nº 4.751 de 07/02 de 2012

e do o Plano Distrital de Educação (PDE) do Distrito Federal (DF) e a entrevista remota com uma professora de uma escola militarizada do DF. A orientação metodológica segue a abordagem qualitativa com a percepção dialética, que busca compreender a totalidade das relações sociais na dinâmica contraditória do tempo histórico (TRIVIÑOS, 1987).

GESTÃO DEMOCRÁTICA E GESTÃO COMPARTILHADA

Está assegurado na Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205), que a Educação é um “direito de todos”. Um direito que deve ser promovido e incentivado para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, pautada nos princípios de “igualdade de condições”, liberdade de aprendizagem e ensino, “pluralismo de ideias e concepções” para o exercício pedagógico, “gratuidade do ensino público”, valorização dos profissionais da Educação, gestão de ensino democrática; e, por último, mais igual em importância, a “garantia do padrão de qualidade” (art. 205, incisos I a VII) (BRASIL, 2017, p. 160).

Já em relação à gestão escolar democrática e descentralizada, também prevista na Constituição Federal de 1988, esta ganhou legislação própria com a promulgação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Nela se contemplam princípios democráticos do ensino público, colocando a escola como uma instituição autônoma, “formadora de um corpo de entendimentos, estabelecidos através do consenso interno”, gerado pela própria comunidade escolar, mediante a participação de diretores, pais, professores, funcionários e alunos, vinculando a construção social de novas realidades à cultura local.

A democratização da escola, conforme proposto pela Constituição e pela lei de Diretrizes e Bases, deverá construir nas Instituições ambientes e práticas educacionais de autonomia, responsabilidade social, de cidadania como condição fundamental para formação humano-social (LÜCK, 2017).

A gestão compartilhada difere da gestão participativa que constitui um empenho coletivo em torno de objetivos educacionais comuns. A participação oportuniza que as pessoas assumam a autoria do próprio trabalho e sintam-se responsáveis por seus resultados, construindo desta forma a autonomia.

A prática compartilhada de gestão como uma forma qualitativa da vida escolar, deverá basear-se na conjunção de liberdade e corresponsabilidade nas decisões sobre a concepção do projeto pedagógico. A gestão democrática ou participativa não se limita somente à área administrativa. Pressupõe autonomia administrativa e financeira, assim como autonomia para que cada escola possa construir seu próprio projeto político-pedagógico (CARDOSO, 1995).

A administração democrática, ao se firmar na decisão coletiva, constitui-se em efetivo espaço de comprometimento dos representantes da comunidade interna e externa

com o projeto pedagógico elaborado de forma compartilhada (CARDOSO, 1995, p. 148).

Os alunos, professores, pessoal técnico-administrativo, funcionários de apoio, pais e comunidade local formam a comunidade escolar, que dentro de um modelo de gestão compartilhada, tem voz ativa no processo de tomada de decisão no ambiente escolar (DE OLIVEIRA BRITO, 2015).

A visão compartilhada se refere a uma perspectiva socialmente construída em princípios, orientações e atribuições, uma teia de ações empreendidas na escola, nos enfrentamentos dos problemas de indisciplina e violência (CABRAL, 2018).

Conforme Cabral (2018) o processo de militarização de escolas no Brasil observa-se contradições nas formas de compreender o fenômeno diante da complexidade da violência e da indisciplina na escola.

NA PERSPECTIVA DO DIÁLOGO

Freire (2005) explicita que não há diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. Esta fé nos homens é um dado a priori do diálogo, porque existe antes mesmo acontecer o diálogo. O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles. Todavia, não é uma fé ingênua, pois o homem dialógico é crítico, sabe que pode fazer, criar e transformar. Jamais a comunicação como diálogo deverá ser transferência de saber para sujeitos passivos, inertes no ato educativo.

O diálogo comunicativo implica sujeitos interlocutores, reciprocamente comunicantes (SCHNEIDER, 2017). Assim é impossível o diálogo entre sujeitos e Instituições antagônicas, entre aqueles que querem o diálogo e aqueles que negam o diálogo. Instituições com objetivos antagônicos e contraditórios, pois de acordo com a Portaria Conjunta N° 01, De 31 de Janeiro De 2019, do Diário Oficial do Distrito Federal, a escola será responsável pela Gestão Pedagógica e gestão Disciplinar Cidadã da Polícia Militar do DF, sendo que são autônomas e independentes, conforme suas atribuições, e buscarão sempre o apoio da outra, em atenção ao princípio da gestão democrática do ensino público.

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO

A militarização nas escolas do Distrito Federal legitima ações do ensino brasileiro, previsto no Decreto n° 9.665, com ênfase ao fomento às escolas cívico-militares, disposta no art. 2º, I, a, 5 do referido decreto. (BRASIL, 2019)

No art. 11, XVI, institui que a Secretaria de Educação Básica promova, fomenta, acompanhe e avalie, parcerias para adoção do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital tendo como base a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica adotada por colégios militares do Exército, Polícias e

Bombeiros Militares. (id., Ibid.)

No art. 16, II, III, menciona que compete a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinamentos fundamental e médio e promover, progressivamente, a adesão ao modelo de escola de alto nível às escolas estaduais e municipais, mediante adesão voluntária dos entes federados, atendendo, preferencialmente, escolas em situação de vulnerabilidade social. (id., Ibid.)

A Portaria Conjunta Nº 01, De 31 de Janeiro De 2019 dispõe sobre a implementação do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada, que prevê a transformação de quatro unidades específicas de ensino da rede pública do Distrito Federal em Colégios da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

No Art. 1º menciona que o projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada visa a colaboração entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, por intermédio de ações conjuntas a fim de proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas ao policiamento comunitário e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

Assim, o projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada foi realizada por meio da participação da Secretaria de Estado de Segurança Pública, por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal, na gestão administrativa e disciplinar de quatro unidades de ensino específicas da rede pública do Distrito Federal, que passarão a ser denominadas de Colégio da Polícia Militar do Distrito Federal - CPMDF, com vistas a atender critérios de vulnerabilidades sociais, índices de criminalidade, de desenvolvimento humano e da educação básica.

Outro enfoque da militarização das escolas são construir valores cívicos e patrióticos aos estudantes das unidades de ensino, formar os discentes com o escopo de prepará-los para o exercício da plena cidadania, conscientes de seus deveres e direitos, em respeito às garantias previstas no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente e nos arts. 32 e 35 da Lei nº 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação em âmbito nacional, melhorar os indicadores de desenvolvimento da educação básica - IDEB nas instituições de ensino contempladas, buscar maiores índices de aprovação dos estudantes da rede pública de ensino, nos certames de acesso às instituições de ensino médio e superior, bem como maior inserção no mundo do trabalho. Obter avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar, por meio da participação integrada da sociedade e dos órgãos públicos, como ferramenta transformadora da gestão do ensino e diminuir a evasão escolar.

A realização do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada está fundamentada no art. 118 da lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, a qual prevê que a Secretaria

de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, através da Polícia Militar do Distrito Federal, poderá coordenar e supervisionar as instituições de ensino da rede pública de educação básica, com o propósito de atender a população, buscando uma aproximação social alicerçada nos direitos humanos e na participação comunitária.

De acordo com a Portaria Conjunta nº 1, de 31 de janeiro de 2019, revogada pela Portaria Conjunta 9 de 12/9/219, as Gestões Pedagógicas e Disciplinar Cidadã têm o propósito de realizar as atividades de maneira autônoma e independente, conforme as atribuições de cada gestão, contudo, buscando sempre o apoio da outra, em atenção ao princípio da gestão democrática do ensino público. No entanto, as decisões decorrentes de cada gestão não estão condicionadas à aprovação da outra, mas deverão ser levadas à sua submissão, com o devido dever de consideração. (DISTRITO FEDERAL, 2019)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL

No Plano Distrital de Educação (PDE) do DF ressalta que as diretrizes serão promover o princípio da gestão democrática da educação pública do Distrito Federal, com a participação efetiva da comunidade escolar e local nos conselhos escolares, e com a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, além de privar pela autonomia pedagógica, financeira, de gestão das escolas e eleição direta para as direções escolares.

No PDE destaca-se a Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal como forma de assegurar os princípios da participação, pluralismo, autonomia, transparência, qualidade social e democracia; prevendo mecanismos de democratização das unidades escolares, como assembleia geral, conselho escolar, conselho de classe participativo, grêmios estudantil, construção coletiva do regimento escolar e do projeto político pedagógico. Criando espaços de debates sobre educação no próprio do sistema, como Fórum Distrital de Educação, Conferência Distrital de Educação, Conselho de Educação do Distrito Federal, entre outros. Metas e estratégias propõem inclusão, autonomia, formação, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

A ESCOLA MILITARIZADA NA PANDEMIA

Foi disponibilizado aos professores das escolas públicas a plataforma “Escola em Casa DF”, uma sala de aula virtual da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Essa plataforma faz parte do “Google Sala de Aula”, possibilitando a organização, acesso as salas de aulas virtuais de forma gratuita e permitindo a continuidade das aulas presenciais durante a pandemia da Covid-19.

A comunicação é realizada por meio de videoconferências, troca de mensagens, acesso a materiais didáticos, aplicação de avaliações, formação de grupos de trabalho,

pesquisas, entre outras atividades. No site <https://escolaemcasa.se.df.gov.br/>, a Secretaria de Estado de Educação do DF menciona a intenção de ampliar a assistência a professores e estudantes no momento de crise, causada pela pandemia do novo coronavírus.

Os professores receberam orientações iniciais da equipe diretiva e coordenação pedagógica da escola. As orientações iniciais foram referentes as postagens no mural, que evitasse a dispersão dos alunos por meio de recados diretivos e informativos. A postagem do material das aulas (Vídeo, PDF, PowerPoint e outros) com tópicos das disciplinas e orientações pedagógicas no ambiente virtual.

A ENTREVISTA COM A PROFESSORA DA ESCOLA MILITARIZADA

A professora entrevistada ministra aulas de biologia para alunos do Ensino Médio e está na escola antes da militarização. A professora relatou que a gestão militarizada teve a função desde o início de ser responsável pela parte disciplinar dos alunos e a gestão escolar pela parte pedagógica. Antes da pandemia os militares eram responsáveis pelo controle e fiscalização dos alunos fora da sala de aula. Na perspectiva disciplinar tem o papel punitivo, para resolver os conflitos e ensinar as normas militares para os alunos, por exemplo, a entrarem forma. A professora resumiu o papel do militar dentro da escola: *“Os militares são apenas os monitores. Mas a militarização da escola foi algo bom, pois além dos militares serem os monitores, supriram a carência de pessoal e também acabaram com a questão de subirem as aulas na escola.”* A professora complementa, dizendo que antes ela tinha que atender os alunos da sala de aula dela e das salas que o professor tinha faltado, tendo que agrupar os alunos numa mesma sala ou conduzi-las concomitante. A professora ressaltou a existência de conflitos entre professores e militares, no que se refere a autonomia da sala de aula, a diversidade de ideias e na parte disciplinar. Um exemplo relatado pela professora foi o militar tentar intervir na sala de aula do professor, chamando a atenção do aluno, causando insatisfação e repúdio pelos professores.

Quando perguntado à professora como era o diálogo e a tomada de decisões coletivas entre os professores e a gestão escolar da escola militarizada antes da pandemia e durante a pandemia. Ela respondeu sobre a inexistência de diálogo entre professores e a gestão militarizada, pois as atribuições das gestões são definidas, uma cuida da disciplinar e a outra da pedagógica. E a tomada de decisões a professora relatou que as decisões são tomadas separadamente, cada uma em sua gestão, disciplinar e a pedagógica, sem haver compartilhamento e participação, não havendo assim resolução ou tomada de decisões coletivas.

Ela mencionou que no início da pandemia o principal desafio foi saber o que a escola e a Secretaria de educação queriam, pois estavam todos muito perdidos, alunos, professores e familiares dos alunos. E a principal dificuldade foi atender aos alunos sem acesso às aulas remotas, pois muitos alunos não têm computador, nem rede de wifi, apenas

o celular, que nem sempre tem créditos suficientes para que os estudantes possam acessar as aulas.

Dessa forma, segundo o relato da professora antes da pandemia ocorria a gestão totalmente separadas e independentes uma da outra. No entanto, após a pandemia a militarização com a perspectiva disciplinar desaparece e os militares ficaram responsáveis apenas pela captação e resgate dos alunos à escola. Os militares ligam para os familiares ou vão aos endereços dos alunos para verificar o motivo do aluno não estar acompanhando às aulas remotas. Desse modo, o papel do militar “monitor” passa para o papel de “captador” de alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a militarização das escolas do Distrito Federal é desafiadora para ser efetivada de acordo com os preceitos de uma gestão democrática. A gestão compartilhada é compreendida na prática como divisão, separação, autossuficiência, contrariando os princípios de gestão democrática, de participação coletiva, de diálogo e descentralização.

Desse modo, o uso do termo “gestão compartilhada”, nos documentos caracteriza-se em três eixos: estratégica, pedagógica e disciplinar, mencionado, que mesmo independentes entre elas, dialogarão e tomarão conhecimento das atividades de cada gestão, no entanto, na prática são unilaterais. E com a pandemia a gestão disciplinar torna-se prescindível, pois com as aulas remotas, resta o trabalho para os militares de resgate de alunos. E que antes da pandemia resumia-se a perspectiva mitigadora da falta de pessoal na escola, especificamente de monitores. Desse modo, a administração escolar vista como meio para se alcançar as finalidades da educação escolarizada (PARO, 2010) passa a ser um fim em si mesma. As questões que não querem calar: o diálogo na gestão compartilhada cederá para o silêncio? A disciplina é somente obediência? A militarização é só monitoria de aluno? A participação dará lugar ao individualismo?

Será que a educação escolar precisará de métodos, princípios, regras, normas, ordens, padrões para serem copiados e reproduzidos? Ou a educação necessitará de ser discutida, repensada, reinventada a uma nova realidade, que seja emancipadora, de pertencimento e ainda mais democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 9.665**, DE 2 DE JANEIRO DE 2019a. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm acesso 09 fev 2019.

BRASIL. **Portaria Conjunta** Nº 01, DE 31 DE JANEIRO DE 2019. Diário Oficial do Distrito Federal nº 23 do dia 01/02/2019b. http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2019/02_Fevereiro/DODF%20023%2001-02-2019/DODF%20023%2001-02-2019%20INTEGRA.pdf acesso 09 de fev de 2019.

BRASIL. **PDE. Plano Distrital de Educação 2015-2024**. Lei nº 5.499, de 14/7/2015 (DODF nº 135, de 15/7/2015). Disponível: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/pde_15_24.pdf acesso 09 fev de 2019.

CABRAL, Jefferson Fernando Ribeiro. **A militarização da escola: um debate a ser enfrentado. Dissertação mestrado**. Universidade de Taubaté, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2018.

CARDOSO, Jarbas José. **Gestão Compartilhada da Educação: a Experiência Catarinense**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, V. 76, n. 182/183, p. 139-170, jan/ago.1995.

DE OLIVEIRA BRITO, Renato; SIVERES, Luiz. **As características da participação da comunidade escolar em um modelo de gestão compartilhada**. *sophia*, Armenia , v. 11, n. 1, p. 9-20, Jan. 2015. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-89322015000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Feb. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed.: São Paulo: Atlas 2002.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHNEIDER, Magalis B. D. **Comunicação na Educação a distância: diálogo ou transmissão?** 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 14, 15, 18, 19, 20, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Aprendizagem 33, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 54, 60, 61, 64, 68, 70, 71, 79, 88, 89, 91, 97, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 116, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 141, 142, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 184, 186, 192, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 230, 237, 245, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 259, 260, 261, 264, 265

Autismo 87, 89, 90, 97, 262

Auxílio 42, 88, 94, 147, 151, 153

C

Capacitação 47, 48, 55, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 121, 124

Concepção pedagógica 57

Construção 17, 22, 32, 37, 39, 43, 53, 54, 56, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 79, 85, 96, 103, 106, 114, 120, 131, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 147, 151, 153, 155, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 171, 174, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 192, 195, 197, 198, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 212, 214, 217, 218, 221, 222, 223, 225, 226, 230, 236, 237, 240, 246, 252, 255, 256, 258, 259, 265

Criança 53, 54, 88, 89, 92, 98, 99, 100, 102, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 198, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 239

Curiosidade 160, 162, 164, 174

Currículo integrado 183, 184, 192, 193

D

Decolonización 1, 6

Democracia 10, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 33, 34, 66, 74, 79, 143, 163, 194, 240, 243, 258

Democratização do ensino 20, 21, 28, 30, 33

Direito à educação 14, 19, 34, 152

Dislexia 99, 100, 101, 102, 103, 104

E

Ead 244, 247, 250, 251

Educação 1, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 43, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 110, 117, 118,

119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 214, 215, 222, 223, 225, 226, 227, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 265, 266

Educação básica 58, 59, 70, 73, 78, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 100, 110, 117, 120, 121, 129, 130, 145, 149, 152, 159, 183, 184, 187, 189, 194, 196, 199, 203, 227, 238, 239, 240, 246, 255, 266

Educação emocional 144, 146, 147, 148, 149, 150

Educador 3, 38, 47, 74, 94, 118, 121, 123, 124, 127, 148, 161, 163, 171, 211, 223, 230, 261, 263, 266

Educando 35, 43, 54, 110, 118, 121, 122, 123, 132, 135, 140, 141, 161, 163, 177, 189, 193, 260, 261, 262, 263

Ensino 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 82, 83, 84, 85, 89, 91, 92, 96, 98, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 136, 138, 139, 142, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 166, 167, 171, 172, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 246, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 266

Ensino-aprendizagem 35, 36, 37, 42, 89, 108, 110, 116, 122, 129, 130, 131, 132, 147, 148, 158, 166, 167, 171, 184, 186, 192, 230, 251, 252, 253, 257

Escola pública 21, 22, 28, 30, 31, 34, 56, 58, 63, 74, 133, 178, 236, 265

Escolas militarizadas 235

Exame nacional do ensino médio - ENEM 105, 106

F

Formação docente 44, 98, 131, 200, 203, 253

G

Gestão democrática 25, 26, 30, 31, 33, 34, 65, 66, 67, 71, 235, 236, 237, 238, 240, 242, 258, 259, 263, 264, 265

Gestão escolar 30, 33, 34, 67, 69, 184, 235, 237, 241, 256

Grandezas físicas 151, 153, 154, 155, 158

Gubernamentalidad 1, 8, 11

H

História 45, 47, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 130, 131, 138, 139, 182, 199, 205, 206, 207, 208, 212, 219, 220, 223, 230, 232, 234, 244

I

Infância 100, 101, 119, 123, 127, 144, 146, 147, 148, 149, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 216, 217, 262

Intolerância religiosa 44, 45, 51

L

Lei 12.711/16 14, 17

Língua portuguesa 103, 105, 106, 108, 109, 110, 114, 115, 117, 199

Lúdico 123, 130, 144, 145, 147, 148, 150, 225, 226, 229, 230

M

Método de alfabetização 99, 101, 102

Metodologia ativa 35, 40, 42, 43

Música 54, 111, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 206, 207, 210, 211, 212

N

Nativos digitais 166, 167, 168, 171, 172

P

Pedagogia 1, 2, 44, 47, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 118, 129, 130, 132, 142, 149, 150, 164, 165, 174, 175, 188, 192, 198, 205, 210, 223, 235, 243

Perspectiva 7, 18, 32, 62, 88, 91, 94, 96, 97, 98, 116, 131, 143, 147, 148, 149, 154, 158, 163, 164, 186, 188, 200, 207, 227, 238, 241, 242, 255, 264

Poscolonialidad 1

Práticas 25, 27, 28, 36, 37, 38, 51, 52, 55, 72, 83, 84, 95, 96, 97, 106, 111, 118, 122, 125, 126, 131, 132, 133, 140, 142, 149, 152, 174, 176, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 195, 198, 207, 208, 210, 223, 226, 229, 231, 237, 244, 246, 257, 259, 260

Preconceito na escola 44

Processo de escolarização 99, 100, 178, 205

Professor 23, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 48, 53, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 71, 73, 74, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 110, 111, 116, 118, 121, 122, 124, 125, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 150, 154, 157, 158, 162, 163, 167, 168, 169, 171, 188, 189, 203, 215, 216, 221, 230, 241, 266

Projeto político pedagógico 57, 58, 59, 64, 65, 69, 74, 107, 117, 201, 240, 255, 256, 257,

258, 259, 264, 265

Protagonismo 29, 35, 36, 68

Psicologia 142, 149, 150, 160, 161, 211, 217

R

Racismo 19, 45, 48, 52, 54, 55, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85

S

Sala de aula 23, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 47, 48, 52, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 102, 106, 110, 118, 121, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 136, 138, 150, 152, 154, 158, 166, 167, 168, 169, 170, 188, 202, 203, 214, 221, 223, 230, 234, 240, 241, 255

Sinalário 151, 153, 154, 155, 158

Sistema educacional 21, 54, 85, 91, 119, 122, 255

Sistematização 17, 20, 64, 246, 255

Sociologia 18, 44, 45, 149, 160, 161, 162, 164, 175, 199, 211

Subjetividade 1, 3, 10

T

Tecnologia 26, 27, 29, 36, 38, 43, 82, 153, 166, 167, 171, 172, 187, 189, 190, 195, 208, 212, 251, 252

Tecnologias educacionais 21, 34

Tempo livre 173, 174, 179, 180

Trabalho 22, 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 42, 43, 45, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 72, 77, 78, 84, 85, 88, 92, 96, 100, 106, 111, 114, 117, 118, 120, 122, 123, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 146, 149, 150, 154, 158, 161, 163, 175, 176, 177, 178, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 198, 203, 204, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 222, 223, 224, 226, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

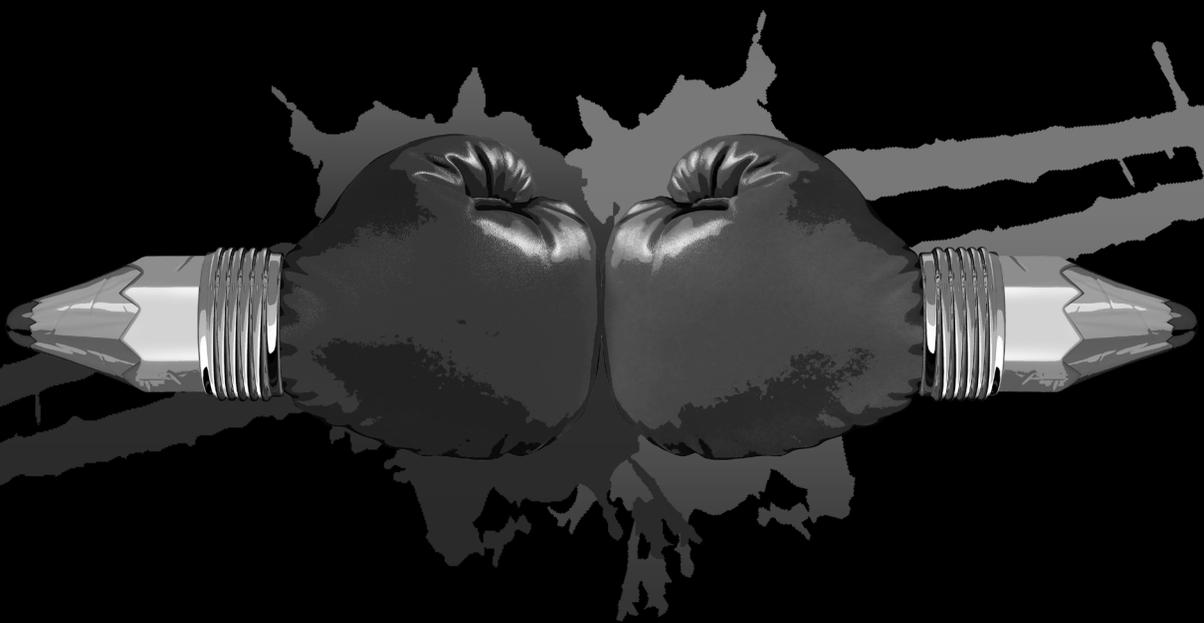
U

UAB 244, 246, 248

W

Wallon 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 141, 142, 143

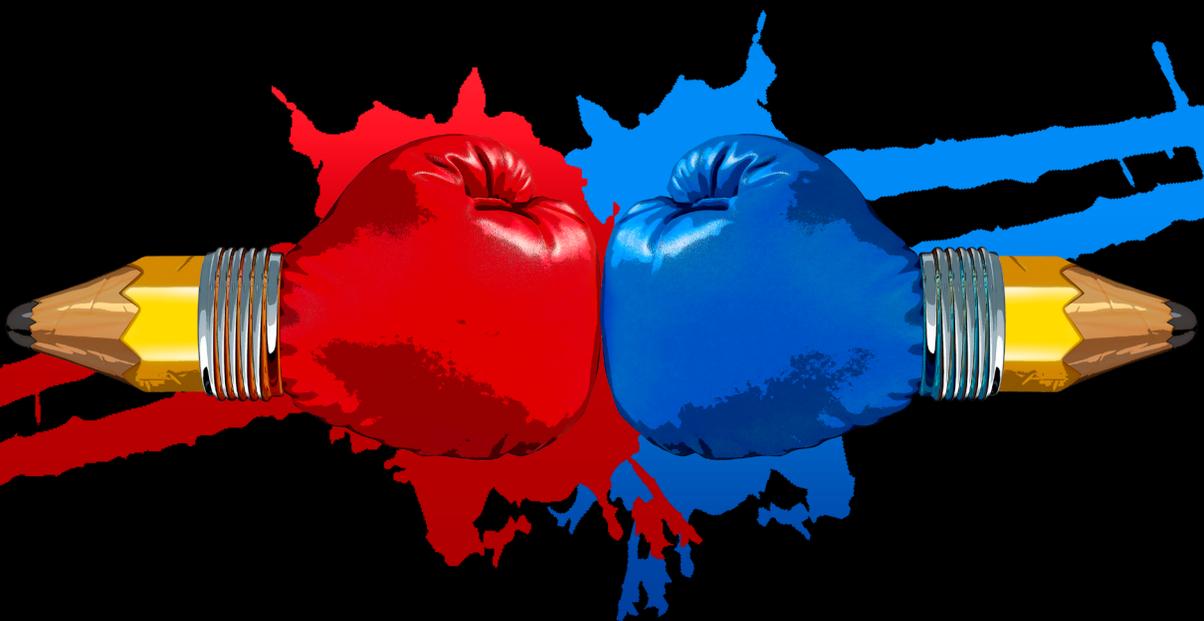
O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE



- 🌐 www.arenaeditora.com.br
- ✉ contato@arenaeditora.com.br
- 📷 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021